

O ECLÉTICO COMO PATRIMÔNIO: DISCURSOS INICIAIS¹

Maria Helena Gabriel²

Paulo César Castral

³

DOI: 10.5752/P.2316-1752.2021v28n42p102-124

Resumo

Pretende-se instigar discussões sobre a relação registrada na história entre o patrimônio nacional, o ecletismo e o modernismo. Partindo de discursos amplamente divulgados, como a crítica do movimento moderno ao ecletismo e as práticas iniciais de preservação oficial do patrimônio, estabelece-se uma relação entre algumas bibliografias correspondentes para entender o tema e compará-lo com o contexto arquitetônico em Bocaina, cidade do interior paulista amplamente

¹ Este artigo toma por base investigação em andamento no mestrado desenvolvido por Maria Helena Gabriel, no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP), sob orientação de Paulo César Castral.

² Arquiteta pela Unesp Bauru, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).
mhgabriel@usp.br

³ Arquiteto pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, doutor pela Instituto de Artes - Programa de Pós-graduação em Multimeios da UNICAMP. Professor do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP).
pcastral@usp.br

marcada pela arquitetura eclética, consideravelmente preservada mesmo sem o respaldo do tombamento.

Palavras-chave: patrimônio nacional, ecletismo, modernismo, Bocaina-SP.

Abstract

It is intended to instigate discussions about the relationship recorded in history between national heritage, eclecticism, and modernism. Starting from widely disseminated discourses, such as the criticism of the modern movement to eclecticism and the initial practices of official preservation of the heritage, a relationship is established between some corresponding bibliographies to understand the theme and compare it with the architectural context in Bocaina, a city in the interior of São Paulo State widely marked by eclectic architecture, considerably preserved even without the support of the tombamento.

Keywords: national heritage, eclecticism, modernism, Bocaina-SP.

Resumen

El objetivo es suscitar debates sobre la relación registrada en la historia entre el patrimonio nacional, el eclecticismo y el modernismo. A partir de discursos ampliamente difundidos, como la crítica del movimiento moderno al eclecticismo y las prácticas iniciales de preservación oficial del patrimonio, se establece una relación entre algunas bibliografías correspondientes para comprender el tema y compararlo con el contexto arquitectónico de Bocaina, ciudad del interior de São Paulo ampliamente marcada por la arquitectura eclética, considerablemente preservada incluso sin el apoyo del tombamento.

Palabras-llave: patrimonio nacional, eclecticismo, modernismo, Bocaina-SP

1. Introdução

O presente estudo trata dos discursos que relacionam, de algum modo, o eclétismo e o modernismo na arquitetura brasileira, com enfoque no contexto da formação de políticas oficiais de identificação e preservação do patrimônio nacional. A proposta é verificar a maneira como o eclético foi tratado dentro dos discursos patrimoniais e entender a ideia do preconceito eclético que se foi desconstruindo ao longo do tempo, tema que teve grande contribuição de Marcelo Puppi (1998) e de Mariza Veloso Motta Santos (2018), dentre outros autores.

É possível reconhecer que é, de certa forma, recente esse cenário onde se constituíram (oficialmente) as ideias de patrimônio nacional e a evidenciação de uma discussão “estilística” - na falta de melhor termo - acerca da arquitetura. Caminhos elegidos no passado para nortear os vindouros. Pensemos o seguinte: considerando que as discussões que resultaram em ação na criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937) se deram por volta da década de 1920 e a historiografia desenvolvida após a fase heroica do IPHAN - e por que não dizer até nossos últimos anos da contemporaneidade - muito tomou por base os discursos modernistas do período mencionado - com destaque para a forma de análise desenvolvida por Lúcio Costa (PUPPI, 1998, p. 17). Talvez, como consequência, existam resquícios de uma ótica anacrônica no modo de entender o patrimônio. Nesse sentido, é importante verificarmos os estudos mais recentes acerca desses discursos modernistas e a evolução

da ideia de bens representantes de nossa memória nacional, com recorte na questão da linguagem eclética da arquitetura, dentre as diversas categorias passíveis de verificação.

Para complementar essa linha de raciocínio, Dias (2020) menciona que nas primeiras décadas de atuação do IPHAN há “[...] o total direcionamento da política oficial de proteção do patrimônio em torno das arquiteturas colonial e modernista. Até a década de 1970, das 600 edificações tombadas no país, 529 eram do período colonial” (DIAS, 2020, p. 7). Percebe-se nessa colocação que a arquitetura produzida entre a colonial e a modernista foi historicamente deixada de lado em favor dessas citadas. A negação do eclético, por meio da eleição de determinados bens como representantes da memória, é clara nesse período e na abrangência nacional. Porém, qual a repercussão desse ideário no contexto das pequenas cidades cafeeiras do interior paulista? Essa relação resultaria em um outro estudo aprofundado, que nos foge da intenção dessa análise proposta, mas ainda assim vale comentar brevemente a situação de um exemplar desse tipo de cidade, Bocaina, pois foi a paisagem bocainense, predominantemente eclética em sua arquitetura, que inspirou essa busca por entender a discussão inicial sobre patrimônio no Brasil - marcada por uma evidente repulsa pelo ecletismo.

2. Pontuações sobre a historiografia brasileira: o colonial, o eclético e acadêmico, o moderno

De início, é importante retomar a informação de que “[...] boa parte dos estudos da arquitetura brasileira deriva do modelo de análise por ele [Lúcio Costa] elaborado” (PUPPI, 1998, p. 17), a fim de melhor compreender o direcionamento dos discursos elaborados frente a história de nossa arquitetura. Isso porque as ideias de Lúcio Costa, “reeditadas”, “[...] como que tomam vida própria e passam a representar os fatos históricos em si, substituindo-os” (PUPPI, 1998, p. 17). Esse modelo de contar a história coloca a arquitetura em um processo de evolução até atingir a arquitetura moderna, a qual Lúcio Costa defendia e promovia (BAETA, 2004; DIAS, 2020; PUPPI, 1998, SANTOS, 2018, p. 58). Vale comentar, para auxílio posterior, que a situação “[...] do ecletismo no interior do modelo é completamente desfavorável” (PUPPI, 2020, p. 18).

Essa é a situação mais próxima, em temporalidade, da atual, sendo herdeira da ótica moderna para contar a história da arquitetura brasileira. Feita essa pontuação para nos situarmos, retornemos à historiografia dos anos 1800. Segundo Rocha-Peixoto (2010), a historiografia do século XIX retrata a Academia Imperial de Belas-Artes (representando o academismo) com valorização no cenário nacional, enquanto o colonial é alvo de divergências, sendo uma manifestação que

[...] Gonzaga Duque despreza como expressão de barbárie, mas que é reconhecida por Porto-alegre, Macedo e Moreira de Azevedo. Bethencourt da Silva

chegou a desenvolver a proposta de uma arquitetura *genuinamente brasileira* com base em um ecletismo estilístico que combinasse o classicismo dos grandes edifícios religiosos luso-brasileiros dos Setecentos com a lição de Grandjean de Montigny. (ROCHA-PEIXOTO, 2010, s.p.).⁴

O que podemos relacionar de interessante até aqui é que cada momento da história tem um olhar diferente para o passado. Por exemplo, no trecho acima citado, Gonzaga Duque considera o colonial como barbárie, enquanto os modernistas querem resgatá-lo no registro da história como verdadeira estética nacional, tempos depois, como aponta Santos (2018, passim) e Motta (2000, passim). Ainda podemos traçar a seguinte comparação: Bethencourt da Silva defende uma ideia de arquitetura brasileira como uma combinação eclética do classicismo com o ensinado por Montigny, enquanto os modernistas diferindo disso, baseavam-se no

⁴ **Gonzaga Duque** foi professor da Belas Artes e autor do livro *A arte brasileira*, em que faz uma periodização da pintura no Brasil; Joaquim Manoel de **Macedo** foi romancista, autor de um compilado de crônicas que tratava de alguns edifícios cariocas, organizadas em um livro em meados do século XIX; Manuel Duarte **Moreira de Azevedo** é autor do livro *O Rio de Janeiro*, de 1877, que trata de alguns artistas e edifícios cariocas; **Bethencourt da Silva** foi autor de artigos sobre a arquitetura na revista *O Brasil Ilustrado* (ROCHA-PEIXOTO, 2010); **Porto-alegre** foi pintor, arquiteto, político, diplomata e escreveu para o teatro e para os jornais e revistas”, atuando também na historiografia da arquitetura brasileira em meados do século XIX (ROCHA-PEIXOTO, 2010, s.p., *grifo nosso*);

colonial – aliás, usavam o colonial para justificar o moderno (PUPPI, 1998, p. 17) – como os primórdios de uma manifestação genuinamente nacional, como apontam diversos autores além dos já mencionados.

Nesse contexto, Araújo Viana será um importante personagem ao apontar, mesmo que indiretamente, a arquitetura acadêmica como marco de ruptura e, mais ainda, por reconhecer valores na arquitetura colonial, indicando um sentido contrário ao que estava estabelecido até então (ROCHA-PEIXOTO, 2010, s.p.). É o período inicial em que, já no século XX, coexistiram três correntes de debate: 1) tardo-acadêmica, defendendo a arquitetura produzida com inspirações europeias; 2) neocolonial, que repudia o ecletismo, mas, ainda assim, configura-se como um estilo passadista; 3) modernista, que critica o ecletismo e o academismo, propondo uma arquitetura com inspiração nos valores da arquitetura colonial. (ROCHA-PEIXOTO, 2010, s.p.). Percebemos nesse cenário uma transição de correntes teóricas predominantes, e como a história é escrita de acordo com cada contexto, cada inclinação pessoal à determinada ideia, cada intenção...

Um apontamento pertinente nesse momento é o fato de que, dentre as críticas e negações do ecletismo por parte dos modernistas, Paulo Santos, modernista, não ignora o papel da arquitetura eclética na história nacional e relaciona o movimento como resposta à Revolução Industrial, como produto de um contexto, de uma época, divergindo, nesse aspecto, dos demais modernistas. (ROCHA-PEIXOTO, 2010, s.p.). Isso ocorre, segundo Puppi (1998, p. 62), em um segundo momento de elaboração de seus

estudos, a partir de meados de 1960, em que o foco sobre o colonial se anula, direcionando a atenção para a arquitetura produzida no século XIX e início do século XX.

Sabemos que há outros autores que fizeram parte dessa construção da narrativa histórica, mas não cabe a esse estudo explorar minuciosamente esse assunto - outros já o fizeram (ou ao menos iniciaram) - que renderia mais que um artigo. No entanto, essa breve contextualização sobre assuntos que tocam a historiografia da arquitetura brasileira contribui para o entendimento do tipo de resgate da identidade nacional promovido pelo movimento moderno, assim como das ideias que circulavam no período, que corresponde ao esforço de criação do SPHAN, e como estas influenciam nos primórdios da compreensão do patrimônio brasileiro. Nota-se que pouco foi comentado sobre o ecletismo no Brasil nesse tópico sobre a historiografia, estando o pouco comentado sob óticas já influenciadas por outros movimentos. Por esse motivo, a seguir, será averiguado mais sobre o ecletismo partindo de sua própria ótica - se é que seja possível - procurando entender o movimento para além das críticas.

2.1 Pela ótica do ecletismo no Brasil

Antes de falar especificamente do ecletismo no Brasil, é primaz apontar que seu início é registrado, pela academia, na França do século XIX, mais especificamente na École des Beaux-Arts, considerada então “a mais importante escola de arquitetura” (PEDONE, 2005, p. 131). Por ter esse

status, infere-se que a produção da École des Beaux-Arts exercia influência, consciente ou não, sobre muitas outras escolas de arquitetura, o que poderia explicar, em parte, a propagação das ideias ecléticas no Brasil, sabendo que a questão em terras brasileiras contou com outros fatores impulsionadores, mas com inegável influência europeia.

Para melhor entender a essência do ecletismo, Pedone (2005) fala sobre o “espírito eclético” do período:

Esses arquitetos visionários tenderam à diversidade e à expressividade. A livre associação de elementos independentes passou a predominar na composição dos projetos. Com espírito eclético, eles defenderam a liberdade do arquiteto para enfrentar os novos programas que surgiram com o desenvolvimento econômico e social. (PEDONE, 2005, p. 129).

Considerando essa colocação, acrescenta-se que a atuação dos ecléticos na elaboração dos projetos acontecia de modo a “[...] compor com referenciais da história da arquitetura. A composição se referia à capacidade de associar, justapor e integrar elementos heterogêneos em um conjunto capaz de funcionar como um todo” (PEDONE, 2005, p. 133). Segundo Falbel e Lima (1999, p. 2), os agentes responsáveis por contar a história da arquitetura brasileira repudiavam a arquitetura eclética por considerá-la no rol do historicismo, que, na verdade, se difere do ecletismo dentro de uma corrente maior que é o revivalismo (as autoras se respaldam

na linha argumentativa de Épron⁵ e de Collins⁶). Isso acontece porque, mesmo inspirando-se em elementos de arquiteturas consagradas no passado europeu, o ecletismo criava uma composição nova e não meramente reprodutiva, conforme o processo de criação projetual citado acima (PEDONE, 2005, p. 127).

3. Um resgate de identidade

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em "documentos" certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de copiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto. Este gesto consiste em "isolar" um corpo, como se faz em física, e em "desfigurar" as coisas para constituí-las como peças que preencham lacunas de um conjunto, proposto a priori. (CERTEAU, 1982, p. 81).

⁵ Épron, Jean Pierre, **Comprendre l'Ecletisme**. Paris: Norma Editions, 1997.

⁶ Collins, Peter, La Consapevolezza degli stili. L'Eclettismo, in: PATETTA, Luciano. **L'Architettura dell'Ecletismo**, Milão: Gabrielle Mazzotta Editore, 1975 p.194.

3.1 Criação do SPHAN: patrimônio eleito, ideias modernistas e combate ao estrangeiro

A criação do SPHAN vem oficializar as discussões que já ocorriam em torno do patrimônio no Brasil. Produto de uma iniciativa oficial do Ministério da Educação (claro que impulsionada pelas discussões que ocorriam e por todo o contexto), o SPHAN foi criado em 1937, tendo como diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, que compunha o grupo de intelectuais modernistas que contribuíram para a organização e atuação iniciais da instituição, cuja intenção divulgada era reconhecer uma cultura genuinamente brasileira, dando especial atenção para bens materiais que a representasse (SANTOS, 2018, p. 13-15, 141-147).

Para situar os acontecimentos que envolveram a criação do SPHAN, faz-se necessário comentar alguns pontos do contexto desse período:

O que se verifica no Brasil durante a década de 1920 e se acentua na década de 1930 é um conjunto de transformações que, agregadas na rubrica geral de “processo de modernização”, inclui, no âmbito econômico, os processos de industrialização e urbanização; no âmbito político, o rompimento da antiga ordem oligárquica e instauração da República Nova (posteriormente, do Estado Novo); no plano cultural, a implementação de novas instituições culturais; e, no plano social, a veiculação da ideia de cidadania e implementação de novas práticas que

visavam constituí-la e configurá-la, como o instituto do voto universal. (SANTOS, 2018, p. 47).

É importante destacar que esse “grupo do patrimônio” sofre influência do movimento moderno, do qual também faz parte, podendo elencar duas características que ganharam força nesse momento a ponto de conduzir as ações iniciais desse grupo, que seriam o esforço em resgatar uma identidade cultural brasileira pela investigação do passado; e o nacionalismo, sentimento crescente que se amplia com o Estado Novo, aliando interesses culturais e políticos (SANTOS, 2018, p. 17, 19, 27, 35 e 68). Facilitando a atuação desse grupo de intelectuais nos processos políticos relacionados ao patrimônio, Santos (2018, p. 71) aponta que “A elite intelectual é acolhida no seio do Estado porque o discurso por ela formulado encontra ressonância no próprio discurso poético oficial”, complementando “[...] que o nacional, que deveria ser moderno, universal, teria de passar pela revalorização do passado e das tradições - sempre singulares de uma coletividade” (SANTOS, 2018, p. 73).

Assim, ocorre uma busca e “reinterpretação do passado”, resgatando o colonial como estilo arquitetônico e artístico representante de uma identidade nacional (SANTOS, 2018, p. 35, 44 e 51). Baeta (2004, p. 13) destaca que os precursores no estudo da história da arquitetura colonial brasileira foram Lúcio Costa e Paulo Santos, sendo Costa, segundo Puppi (1998, p. 12 e 17), quem primeiro escreveu análises sobre a arquitetura histórica do Brasil, base para as análises posteriores dos demais autores.

Entretanto, consideremos o que Certeau (1982, p. 67) explica sobre a prática historiográfica ao afirmar que “[...] toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma “filosofia” implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à ‘subjetividade’ do autor”. É um ponto interessante e verificável na situação aqui em estudo, quando confrontamos com afirmações de alguns autores como Baeta (2004, p. 7), em que o intuito das análises históricas de Lúcio Costa “[...] não é exatamente o de promover uma leitura crítica coerente e fundada sobre bases sólidas em relação ao passado artístico brasileiro, mas a divulgação e a implementação da doutrina do movimento moderno em território nacional”, e Puppi (1998, p. 12), que aponta que os “escritos do arquiteto têm uma função claramente operativa, visando sempre e sobretudo, de um lado divulgar os princípios do movimento moderno no país e, de outro, fundar uma vertente local do movimento, bem como justificar e valorizar sua existência”.

Conhecendo a influência de Lúcio Costa no processo historiográfico da arquitetura brasileira, podemos encontrar a justificativa para essa parcialidade nas análises pelo fato de o arquiteto ter um olhar situacional de sujeito integrado ao movimento moderno que afluía, sendo também “inimigo declarado do ecletismo” (PUPPI, 1998, p. 17). Do ponto de vista historiográfico, uma das consequências é praticamente ignorar o ecletismo como digno de fazer parte dessa linha temporal de nossa arquitetura, em

um primeiro momento, por considerá-lo fora das ideias defendidas pelo modernismo (PUPPI, 1998, p. 9-10).

Diante desse cenário é que se consolidou a oficialização do órgão nacional do patrimônio, onde os modernistas ocuparam importantes papéis, como Lúcio Costa, funcionário do SPHAN desde o princípio, segundo Puppi (1998, p. 24), e, em 1949, diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos (MOTTA, 2000, p. 29). É esperado relacionar a aplicação dos discursos modernistas nas ações iniciais do SPHAN (atualmente IPHAN⁷), raciocínio confirmado por Motta (2000, p. 25) quando afirma que os “arquitetos modernistas” priorizaram a arquitetura e o urbanismo (bens móveis) coloniais. Dentro dessa lógica de trabalho é interessante mencionar que os “restausos” promovidos pelo IPHAN retiravam elementos característicos de épocas posteriores ao colonial, a fim de criar uma paisagem homogênea que esteja de acordo com o valor estético dos modernistas referente à tradição nacional, em uma busca pela padronização do patrimônio arquitetônico, apagando a diversidade cultural brasileira (DIAS, 2020, p. 11 e 13; MOTTA, 2000, p. 16 e 31).

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3.2 Entendendo a ideia do preconceito eclético e sua desconstrução

Considerando esse papel dos modernistas no IPHAN, Dias (2020, p. 12) reforça as constatações da influência dos ideais modernistas quando pontua a posição de Lúcio Costa como detentor das escolhas de tombamentos efetuadas ou negadas pelo órgão, com “pareceres de tombamento emitidos pelo arquiteto em favor de edifícios modernistas e contra edificações ecléticas [...]”. Está claro, portanto, esse preconceito estabelecido contra o ecletismo, isso porque os modernistas consideravam-no uma corrente “sem estilo próprio” e, por isso, artificial, além de interromper o curso de uma arquitetura nacional ao resgatar estilos passadistas europeus (DIAS, 2020, p. 3; PUPPI, 1998, p. 33).

Para além dessa interpretação do ecletismo pelo filtro modernista, buscaremos entendê-lo em essência, na medida do possível. Como apontam Fabris (1995, p. 75) e Pedone (2005, p. 129), o ecletismo no Brasil é parte de um contexto de intensa modernização pela qual passava o país, buscando também, de acordo com Fabris (1995, p. 75), “[...] negar de vez o modelo colonial e seus corolários simbólicos”. É importante ressaltar também que nesse cenário ainda não existia uma “doutrina arquitetônica” nacional a ser seguida (PEDONE, 2005, p. 130), surgindo apenas mais tarde, como vimos anteriormente, com os intelectuais modernistas resgatando o passado colonial como identidade brasileira e, então, baseando-se nessa linha estética para justificar a arquitetura modernista.

Cabe aqui deixar apenas para reflexões uma colocação de Pevsner (1983, p. 412-413), em que afirma que em todas as épocas há um retorno a referências arquitetônicas do passado, desde que os atores desse movimento não o entendam como o historicismo comumente aprendido. O surgimento do ecletismo, na França de 1830, foi fruto de uma insubmissão às regras do academicismo por parte dos estudantes de arquitetura, com intenção de romper as regras que padronizavam os projetos e pregar uma livre composição baseada em diversos estilos (PEDONE, 2005, p. 130-132). Contribuiu para a divulgação do ecletismo na arquitetura brasileira a presença “[...] dos artistas, arquitetos e engenheiros formados no exterior, fossem eles brasileiros ou imigrantes; da literatura específica e dos próprios artífices, ou construtores de variadas procedências” (FALBEL; LIMA, 1999, p. 5). Entendendo melhor o contexto de surgimento do ecletismo e a interpretação sob o véu modernista que recebeu, podemos traçar alguns apontamentos que indicam os primórdios de uma alteração de discurso – mesmo que lenta – com relação às representações de identidade nacional. Puppi (1998, p. 62) relata que Paulo Santos é um dos primeiros modernistas a se voltar para um estudo histórico da arquitetura do século XIX e primeiras décadas do XX, que, em suas palavras, ganha “um lugar na história”. Essa visibilidade dada ao ecletismo evidencia-se em um evento conferencista, ocorrido em 1965 no Rio de Janeiro, onde Paulo Santos dedicou grande parte de sua explanação ao período mencionado (PUPPI, 1998, p. 68-69).

Essa quebra de preconceito quanto à seleção do patrimônio é um processo de décadas, intensificado nos anos 70 e 80 com reivindicações e discursos de maior representatividade, de ampliar o olhar para a diversidade cultural do país e, mesmo assim, poucas mudanças práticas ocorreram no processo de seleção do patrimônio oficial (MOTTA, 2000, p. 15, 18, 58), mas, mesmo que demorado, o processo já estava ocorrendo.

Uma das implicações da ampliação da concepção de patrimônio cultural é exatamente a crítica à autonomia e autoridade do saber técnico na seleção e valorização de bens culturais. A introdução do entendimento de que quem deve atribuir valor aos bens são as comunidades às quais eles estão inseridos poderá assegurar, num futuro próximo, cidadãos com uma melhor relação de pertencimento com seu patrimônio histórico e artístico. (DIAS, 2020, p. 21).

4. Bocaina no contexto da discussão

Para situarmos, Bocaina é uma cidade de pequeno porte da área central de São Paulo. Sua formação e desenvolvimento foi amplamente marcado pela influência da cultura cafeeira dos séculos XIX e XX (primeiras décadas). Sabendo disso, podemos inferir que sua paisagem inicial foi construída nos moldes ecléticos que vigoravam no momento, concordando com Assumpção e Castral (2019, p. 99), quando colocam que “[...] os ‘casarões’ seguem a tendência eclética. Há algumas casas mais complexas quanto à

ornamentação, quanto ao volume, outras mais simples, algumas mais imponentes e outras mais modestas”. Mas o mais interessante é que muito dessa paisagem está preservada, majoritariamente em sua arquitetura, sem a ajuda do tombamento, ou seja, mantém-se extraoficialmente.



Figura 1

Paisagem de Bocaina, SP

Fonte: Acervo da autora. Foto de Maria Helena Gabriel, 2018.

Como dito anteriormente, foi o cenário dessa pequena cidade que motivou a discussão presente neste texto, pois nessa paisagem predominantemente eclética, não se observa influência modernista significativa - em percurso realizado, pode-se observar apenas um exemplar de arquitetura residencial do modernismo, salvo engano. Isso poderia justificar-se por um fato apontado por Furlaneto (s.d., p. 128), relatando que com a crise mundial de 1929, que também afetou a economia bocainense, as construções residenciais na cidade cessaram, retornando apenas em 1951. O autor apenas relata essa passagem, sem apresentar documentos, motivo para admitirmos a informação com ressalvas.

Além dessa questão sobre a representatividade do modernismo na arquitetura bocainense, também estilos “de transição”, como o *art déco* ou o neocolonial tiveram pouca expressão em Bocaina, aparecendo em alguns poucos exemplares (ASSUMPÇÃO; CASTRAL, 2019, p. 104-105). Essas estimativas estão dentro de uma amostragem aproximada que conta com mais de 200 exemplares de arquitetura produzida, e ainda existente, nesse período do avanço cafeeiro para o centro-oeste do estado, conforme descreve Assumpção e Castral (2019, p. 93).

Em todo caso, há quem diga que Bocaina é uma cidadezinha que “parou no tempo”, justamente pela paisagem de seu antigo centro, pelo clima de cidade pequena do interior. Esse é o motivo da atenção voltada para a arquitetura bocainense, reforçada pelo fato de não possuir seu conjunto

tombado, seja por influência das políticas de tombamento vistas ao longo dessa discussão, ou por qualquer outro motivo.

5. Considerações Finais

Considerando toda a explanação realizada com base em uma revisão bibliográfica e nas relações feitas entre os autores, verificamos a forte influência que os elementos tempo e lugar têm sobre o olhar para o passado, podendo interferir nos registros historiográficos conscientemente - por interesses pessoais - ou inconscientemente - fruto das ideias do próprio contexto contemporâneo ao registro. O estudo da história, como vimos, teve grande contribuição de Certeau (1982), que abordou questões de influência nas práticas historiográficas, e mesmo apontou que a "situação social" altera o "tipo de discurso" (CERTEAU, 1982, p. 74), como ocorre nas discussões que surgiram durante o movimento modernista, visto anteriormente, e no desenvolvimento dos discursos patrimoniais.

Entender essas questões é de grande suporte para a verificação de seus reflexos na prática, na configuração urbano-arquitetônica das cidades. Transportando essa discussão presente na bibliografia do tema para o contexto apresentado da cidade de Bocaina, podemos notar uma certa incongruência quando aplicados os discursos de evolução da estética arquitetônica nacional, imaginando que seja devido apenas aos estudos se concentrarem majoritariamente nos processos ocorridos nos grandes centros sociopolítico-econômicos do momento, abrindo possibilidade de

tomá-los, muitas vezes, como reflexos generalizáveis para a nação. Entretanto, do ponto de vista da preservação patrimonial, as informações levantadas nesse estudo possuem aplicabilidade no cruzamento de dados com a observação da cidade de Bocaina, a grosso modo, sem considerar estudo mais minucioso. Isso porque podemos associar os discursos iniciais da prática preservacionista, voltados para uma negação do eclético, com o fato de Bocaina não possuir seu conjunto arquitetônico tombado (com exceção apenas do Grupo Escolar).

Referências

ASSUMPÇÃO, Ana Laura; CASTRAL, Paulo César. “Casarões” de Bocaina: mapeamento por meio da linguagem arquitetônica. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 7, n. 49, p. 90-107, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17271/2318847274920192113>. Acesso em: 25 fev. 2020.

BAETA, Rodrigo Espinha. A Crítica de Cunho Modernista à Arquitetura Colonial e ao Barroco no Brasil: Lúcio Costa e Paulo Santos. **XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte**. Anais do XXIV Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte. Belo Horizonte: CBHA, 2004.

CERTEAU, Michel de. A Operação Historiográfica. In: _____. **A Escrita da História**. Tradução: Maria de Lourdes Menezes; revisão técnica: Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

DIAS, Diego Nogueira. Paradoxos da “identidade nacional” nos discursos arquitetônicos de Lucio Costa e Sylvio de Vasconcellos. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, [S. l.], v. 28, p. 1-26, 2020. DOI: 10.1590/1982-02672020v28e14. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/anaismp/article/view/162221>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FABRIS, A. A crítica modernista à cultura do ecletismo. **Revista de Italianística**, v. 3, n. 3, p. 73-84, 30 dez. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-8281.v3i3p73-84>. Acesso em: 08 mar. 2019.

FALBEL, Anat; LIMA, Ana Gabriela Godinho. Arquitetura moderna: ruptura ou continuidade. **III Seminário DO.CO.MO.MO Brasil**. A permanência do moderno. IV Bienal Internacional de Arquitetura. São Paulo, 8-11 dez. 1999. Disponível em: <http://docomomo.org.br/course/3-seminario-docomomo-brasil-sao-paulo/>. Acesso em: 22 dez. 2020.

FURLANETO, Walmir. **Uma cidade e um pouco de sua história**. vol. 2. [S.l.: s.n.], [s.d.].

MOTTA, Lia. **Patrimônio Urbano e Memória Social: práticas discursivas e seletivas de preservação cultural - 1975 a 1990**. Dissertação de Mestrado em Memória Social e Documento, UNIRIO, Rio de Janeiro, 2000.

PEDONE, Jaqueline Viel Caberlon. O Espírito Eclético na Arquitetura. **Arqtexto 6**, UFRGS, p. 126-137, 2005. Disponível em: https://www.ufrgs.br/propar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_6/11_Jaqueline%20Viel%20Caberlon%20Pedone.pdf. Acesso em: 22 dez. 2020.

PEVSNER, Nikolaus. El retorno del historicismo. In: _____. **Estudios sobre arte, arquitectura y diseño: del manierismo al romanticismo, era victoriana y siglo XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 1983.

PUPPI, Marcelo. **Por uma história não moderna da arquitetura brasileira: questões de historiografia**. Campinas, SP: Pontes: Associação dos amigos da História da Arte: CPHA: IFCH: Unicamp, 1998. (Pandora)

ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. Arquitetura brasileira no s. XIX: esboço para uma historiografia: 1834-1964. **I ENANPARQ. I Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**. Rio de Janeiro: PROURB, 2010. Disponível em: <http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/140/140-648-1-SP.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2020.

SANTOS, Mariza Veloso Motta. **O tecido do tempo: o patrimônio cultural no Brasil e a Academia Sphan: a relação entre o modernismo e o barroco**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.